



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Especial da Diretoria-Geral

PAD N.º 7.732/2019

DECISÃO

Considerando o advento da Medida Provisória n.º 896/2019, que desobriga a Administração Pública de publicar os avisos de licitação em jornais impressos;

Considerando que a revogação se insere na esfera da discricionariedade da Administração, em razão de conveniência e oportunidade para a prática de atos;

Considerando o parecer n.º 718/2019 da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, doc. n.º 197.357/2019, cujos termos acolho e adoto como fundamentação para a presente decisão;

Revogo o Pregão Eletrônico n.º 29/2019.

Ao Pregoeiro, para as providências devidas, inclusive notificar as licitantes da decisão proferida.

Em seguida, à SGA, para demais providências, promovendo o acompanhamento da tramitação da MP no Congresso, voltando a tramitar a licitação, caso a norma venha a perder sua validade.

Em 23.09.2019

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral